

AS PROPOSTAS DA SOCIEDADE POLÍTICA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS REPUBLICANAS: A POLÊMICA SOBRE O EXAME DE MADUREZA

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha - Campo DDSE

Eixo 5. Memória e História da Educação

Este trabalho tem como objetivo investigar os sentidos atribuídos ao ensino secundário, nas primeiras décadas republicanas, a partir das propostas da sociedade política para este grau de ensino, privilegiando como foco o exame de madureza. O estudo em questão é parte integrante de uma pesquisa maior ligada ao meu projeto de doutoramento, acerca do ensino secundário militar na Primeira República e a construção dos Colégios Militares, no período que vai de 1889 a 1919.

Instituído pelo novo regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal, estabelecido pelo ministro Benjamin Constant, em 1890¹, para vigorar nas instituições federais de ensino, como o *Gymnasio Nacional* e o *Collegio Militar*, foi, possivelmente, um de seus aspectos mais combatidos e de execução muitas vezes protelada. Visando atender a uma nova concepção da escola secundária como um curso integral de estudos, o exame de madureza constituía-se numa peça chave, pois, ao fim do curso, destinava-se a aferir a cultura intelectual assimilada pelos alunos, necessária para a vida prática dos educandos.

Assim, cercado de finalidades especiais, o exame constava de provas escritas e orais em várias disciplinas, submetidas a bancas rigorosas, compostas por catedráticos das instituições federais de ensino, professores de escolas privadas e lentes das escolas superiores, militares e civis (FIGUEIREDO e FONTES, 1958).

O aluno que não fosse considerado habilitado, só poderia apresentar-se para um novo exame de madureza decorrido o prazo de um ano, tendo sido realizado pela primeira vez, em 1895, pelos quatorze alunos que compunham a segunda turma formada no *Collegio Militar*, a despeito da cerrada oposição que lhe moveu a imprensa, em artigos sucessivos, como os que foram publicados em “*O Paiz*”, conforme as memórias do ex-aluno e professor da instituição, Miguel Daltro Santos (1908).

A aprovação no exame de madureza possibilitava a matrícula em qualquer dos cursos superiores federais, fossem escolas militares ou academias civis e àquele que obtivesse 2/3

¹ Decreto 981 de 8/11/1890

das notas, plenamente, no Gymnasio Nacional, seria conferido o título de “bacharel em ciências e letras”².

O que se esperava dessa iniciativa e do próprio ensino secundário? Qual seria seu papel na nova ordem republicana? Para a abordagem destas questões, há que se ter em perspectiva o caráter atribuído aos estudos secundários, encarados, desde o Império, quase que somente, como vias de acesso aos cursos superiores, o que colaborou para reduzi-los aos preparatórios exigidos para a matrícula nas faculdades (COSTA e CUNHA, 2006). Esta característica, provavelmente, foi incitada pela urgência, após a formalização de nossa emancipação política, na formação de uma elite dirigente capaz de administrar as instituições recém-criadas.

Por conta disso, segundo Haidar (1972), tivemos ensino superior antes mesmo que se estabelecesse um ensino de tipo secundário, ocasionando uma distorção, que marcou o sistema educacional brasileiro organizado, até hoje, “de cima para baixo”, onde a escola secundária “cede as suas funções próprias à tarefa ancilar de curso preparatório para o ingresso no ensino superior” (p.15).

Tal prática, que havia gerado polêmicas durante o período imperial, permaneceram ainda na República, a despeito da iniciativa da reforma Constant, conferindo a essa modalidade de ensino um caráter essencialmente formador, procurando desvinculá-la de sua função preparatória (NAGLE, 1985).

No que tange aos debates acerca do ensino secundário, havia uma não disfarçada hostilidade da ilustração brasileira no período, em relação aos currículos adotados, que privilegiavam os estudos clássicos, em detrimento das disciplinas de cunho científico (BARROS, 1986).

A título de conclusões preliminares, esta pesquisa, em andamento, indica algumas possibilidades de investigação acerca do ensino secundário na primeira fase republicana. Longe de esgotar o assunto, esta proposta de trabalho pretende, assim, contribuir para o debate no campo da história da educação brasileira, iluminando aspectos pouco explorados pela historiografia.

Ademais do levantamento historiográfico acerca do assunto, integrou a pesquisa um *corpus* documental que envolveu fontes tais como: a legislação das décadas iniciais da República, os relatórios ministeriais, os regulamentos aprovados para o Gymnasio Nacional,

²Regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal, art. 38. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

bem como os regulamentos e o livro de atas do Conselho de Instrução do Colégio Militar e, num esforço adicional, a pesquisa em jornais da época.

Palavras-chave: Primeira República - ensino secundário - exame de madureza

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio: EDUSP, 1986.

COSTA e CUNHA, Beatriz Rietmann da. *Assistência e profissionalização do exército: elementos para uma história do Imperial Colégio Militar*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

FIGUEIREDO, Antônio Joaquim; FONTES, Arivaldo. *Breve introdução à história dos colégios militares*. s.ed., Rio de Janeiro, 1958.

H AidAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Edusp/ Grijalbo, 1972.

NAGLE, Jorge. *A Educação na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 2. São Paulo: Difel, 1985.

SANTOS, Miguel Daltro. *Notícia Chronológica do Collegio Militar*. s.ed. Rio de Janeiro: 1908.